



OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA FERRAMENTA PARA A AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
SUSTAINABILITY INDICATORS AND CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY:
A TOOL FOR ORGANIZATIONAL ASSESSMENT

Vera Lúcia Steiner¹, Cleide Calgaro²

Universidade de Caxias do Sul/vlsteine@ucs.br¹

Universidade de Caxias do Sul/ ccalgaro1@hotmail.com²

RESUMO: Este trabalho aborda o tema Environmental, Social, Governance (ESG) juntamente com a mensuração da sustentabilidade das organizações por meio de indicadores, considerando-se as dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade como instrumento para que as organizações adotem ou criem instrumentos de monitoramento para estarem no caminho da sustentabilidade. O objetivo geral é a análise de estratégias de responsabilidade social corporativa ou em inglês Environmental, Social, Governance (ESG) e como os indicadores de sustentabilidade podem auxiliar as organizações no caminho de tornarem-se sustentáveis. Como escopos secundários verifica-se os propósitos da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável, bem como analisar a viabilidade dos indicadores de sustentabilidade no monitoramento das organizações. A metodologia utilizada foi a bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa para demonstrar a sinergia destas estratégias no intuito de atingir a sustentabilidade. O método é o analítico.

Palavras-chave: Indicadores de sustentabilidade. Environmental, Social, Governance (ESG). Sustentabilidade.

ABSTRACT: This paper addresses the subject Environmental, Social, Governance (ESG) along with the measurement of sustainability of organizations through indicators, considering the environmental, social and economic dimensions of sustainability as a tool for organizations to adopt or create monitoring tools to be on the path to sustainability. The general objective is the analysis of corporate social responsibility strategies or in English Environmental, Social, Governance (ESG) and how sustainability indicators can help organizations in the path of becoming sustainable. As secondary



scopes it is verified the purposes of Corporate Social Responsibility (CSR) to achieve the objectives of sustainable development, as well as analyze the feasibility of sustainability indicators in the monitoring of organizations. The methodology used was bibliographical and descriptive, with qualitative approach to demonstrate the synergy of these strategies in order to achieve sustainability. The method is the analytical one.

Keywords: Sustainability indicators, environmental, social, governance (ESG), sustainability.

1 Introdução

Existem muitas relações envolvendo o tema da responsabilidade social corporativa/empresarial ou *Environmental, Social, Governance* (ESG), termo em inglês, ou ainda é utilizado em português, nos últimos anos, Ambiental, Social e Governança (ASG) com os indicadores de sustentabilidade, haja visto que esses podem auxiliar a organização na mensuração de seus impactos, tanto ambiental quanto social, no intuito de efetuar um comparativo com o objetivo de verificação se a mesma está atingindo os objetivos propostos no alcance da sustentabilidade. Também, a temática da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade empresarial está gradativamente sendo debatida.

A Responsabilidade social corporativa (RSC) ou *Environmental, Social, Governance* (ESG) procura identificar os impactos, tanto ambientais como sociais que as organizações produzem no local onde estão instaladas e quais as práticas que devem ser realizadas para mitigar e melhorar o posicionamento da mesma no mercado. Na visão do Instituto Ethos, a atuação das empresas de forma socialmente responsável requer a adaptação da governança, a fim de trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados e promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, sem deixar de lado o retorno para os investidores. Assim a empresa deve traçar metas claras e a promoção do comprometimento das partes para uma mudança efetiva de foco, do momento atual para o futuro (INSTITUTO ETHOS, 2023).

Inicia-se com uma exposição do tema enfatizando a importância da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, explicita-se o conceito de Responsabilidade Social corporativa ou empresarial (RSC/RSE), bem como suas consequências e após passa-se a explicar os indicadores de sustentabilidade, e como estes podem tornar-se uma ferramenta de auxílio aos gestores quanto às políticas que irão implementar nas organizações para torná-las sustentáveis, pelo fato dos indicadores de sustentabilidade poderem tornar-se um relatório gerencial.



Considerando o exposto, o objetivo deste artigo é analisar os indicadores de sustentabilidade como ferramenta para as organizações efetivarem a Responsabilidade Social corporativa (RSC) ou *Environmental, Social, Governance* (ESG) e como consequência atingirem os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

2 Aporte Teórico

Toda organização deve atender as expectativas de seus stakeholders, sem desconsiderar a conservação do meio ambiente, bem como da localidade onde está inserida, sua população e cultura. Por isso, sua implantação em determinada localidade deve ser realizada de forma planejada e esse planejamento deve ser de longo prazo (Medeiros; Moraes, 2013).

De acordo com Kraemer (2005) quando uma empresa passa a atuar de forma responsável socialmente ela assume o princípio de que as organizações têm sua origem e seus fins essenciais nas pessoas, as quais se organizam e se dispõem em diversos grupos de interesses, com peculiaridades e distintos tipos de relação. Contempla o impacto da ação da empresa nas tríplice dimensões: econômica, social e ambiental, tendo como meta principal a consecução do desenvolvimento sustentável (Kraemer, 2005, p. 3).

Todavia, segundo Leandro e Rabelo (2011) a diferença entre filantropia empresarial e responsabilidade social empresarial está no fato de que esta faz com a empresa tome atitudes e ações de forma sistêmica que passam a fazer parte do cotidiano da empresa, ou seja, a empresa passa a ser proativa, enquanto que na primeira a empresa é reativa e somente age quando surgem conflitos de necessidades pontuais.

2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, foi publicado o Relatório de Brundtland, conhecido também como Nosso Futuro Comum, ficou evidenciado o conceito de desenvolvimento sustentável – o qual menciona que o crescimento deveria ocorrer de forma ecológica e igualitária (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Sachs (2002) destaca que o desenvolvimento sustentável é um ideal ético no qual a conservação da biodiversidade pode ser uma condição necessária para o ecodesenvolvimento e, para isso, deve haver um planejamento local e participativo entre população e autoridades. O autor continua

dizendo que o progresso nesse sentido pode auxiliar os países em desenvolvimento na invenção de seus padrões endógenos de desenvolvimento mais justos e com maior respeito pela natureza, mencionando que a sustentabilidade social é essencial, por ser a própria finalidade do desenvolvimento.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, no ano de 2012, foram definidos os 17 objetivos que os países se comprometeram a cumprir para alcançar o desenvolvimento sustentável, que envolvem diversas áreas de atuação para se atingir a preservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico e tornou-se conhecida como Agenda 2030 (ONU, 2015). A Figura 1 mostra os objetivos (ODS) mencionados.

Fig. 1: Os 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável



Fonte: ONU (2015).

Assevera Van Bellen (2002) que a sustentabilidade econômica abrange a alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada; que a sustentabilidade social enfatiza a presença do ser humano e na perspectiva ambiental é a utilização dos diferentes ecossistemas sem exauri-los. Ainda, o autor menciona que na perspectiva geográfica e cultural deve haver uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas adequando maneiras de modernizar os locais sem alterar suas identidades.

Demonstra-se, assim, que vários autores coadunam com a ideia de que o desenvolvimento sustentável deve ser um desenvolvimento voltado às gerações futuras, em que se deve ter a preocupação não só com o meio ambiente, mas também com a população local, ou ser deve ser abrangente, sistêmico.



2.2 Responsabilidade social corporativa/empresarial ou Environmental, Social, Governance (ESG)

A concepção de responsabilidade social vem se expandindo nas empresas nos últimos anos de forma bastante ampla, em especial em países mais desenvolvidos. Isso ocorre pelo fato de os consumidores serem mais exigentes, por pressões da sociedade, dos mercados financeiros e pelas próprias legislações.

A iniciativa pela difusão da responsabilidade social corporativa/empresarial ou *Environmental, Social and Governance* (ESG) surgiu por meio da Organização das Nações Unidas, a qual no ano de 2000 enumerou os 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. A estes princípios denominou-se de Pacto Global, os quais contribuem para que a empresa e o país alcancem os objetivos de desenvolvimento sustentável. Este pacto não obriga as organizações, ele é voluntário e apresenta formas de ocorrer o desenvolvimento com crescimento sustentável, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. Os 10 princípios envolvem atitudes em relação aos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção (PACTO GLOBAL, 2000).

O que é possível extrair desta definição é que a Responsabilidade social corporativa abrange cinco dimensões: ambiental, social, econômica, *stakeholder* e discricionariedade, entendida como o envolvimento da empresa em ações sociais de maneira voluntária, pois o “mercado” passou a exigir esse comportamento da empresa. Quando mencionamos mercado entenda-se como sendo os acionistas, investidores, funcionários, fornecedores, em fim todos os relacionamentos da empresa.

Uma das consequências para a empresa que passa a assumir seu compromisso social ou responsabilidade social, diferentemente de filantropia social, é a sua aceitação por parte dos consumidores que vêm com bons olhos esse tipo de atitude, pelo fato da empresa criar “programas de ajuda a mulheres e crianças ou de formação de agentes de saúde até projetos de defesa do meio ambiente.” (Zouain, 2000, p. 161). Segundo Leandro e Rabelo (2011), a diferença entre filantropia empresarial e responsabilidade social empresarial está no fato de que esta faz com a empresa tome atitudes e ações de forma sistêmica que passam a fazer parte do cotidiano da empresa, ou seja, a empresa passa a ser proativa, enquanto que na primeira a empresa é reativa e somente age quando surgem conflitos de necessidades pontuais. Também deve-se diferenciar a responsabilidade social do



marketing social pois este último é uma a “ferramenta estratégica cujo foco é a transformação social através da realização responsável de ações sociais por parte das empresas.” (Zenone, 2006, p. 24)

Percebe-se que as organizações estão sendo convocadas pelo próprio mercado para colaborar no desenho e fornecimento de soluções inovadoras para problemas profundos da sociedade, por isso vem crescendo o número de empresas em aderir ao tema da responsabilidade social corporativa, o que resulta na conscientização dos gestores e da sociedade civil sobre as dificuldades sociais e ambientais inerentes ao exercício da atividade empresarial, bem como no impacto no meio ambiente.

A responsabilidade social corporativa/empresarial ou *Environmental, Social and Governance* (ESG) exige a promoção de ações a favor da melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Do ponto de vista sistêmico o processo de construção do Programa de Responsabilidade Social Empresarial permitirá não apenas que a organização compreenda o conceito de Responsabilidade Social, mas igualmente que aja de forma transparente com os stakeholders ao comunicar suas ações, e avaliar seu impacto.

Ao se avançar nos estudos, acerca da Teoria Geral dos Sistemas, estuda-se uma determinada empresa, a partir do seu ambiente interno, focando na sua missão, nos seus objetivos e na interação dos seus sistemas componentes. Dessa maneira, Catelli (1999) propõe uma estrutura baseada nas interrelações entre o sistema de gestão, a eficácia e os resultados da empresa, de tal forma que o sistema institucional seria responsável pelas crenças, valores e expectativas que iriam nortear o processo de gestão (interação entre os sistemas componentes do sistema empresa), a fim de alcançar os objetivos empresariais.

2.3 Indicadores de Sustentabilidade

A Agenda 21, em seu capítulo 40, menciona que, em 1992, os governos decidiram incluir o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade como uma ferramenta na tomada de decisões relacionadas à sustentabilidade (Rametsteiner et al., 2011). Assim, a partir desse novo marco, iniciou-se a utilização de indicadores para mensurar a sustentabilidade.

De acordo com Gallopín (1997); Galante et al. (2016); Siena (2002) e Giumelli (2008), os indicadores são variáveis (não valores) que representam qualidades, características de um sistema, sendo que algumas de suas funções são de avaliar condições e tendências em relação às metas estabelecidas, bem como auxilia na análise da atividade permitindo o planejamento e melhoramento das ações.



De acordo com Gallopín (1997), os indicadores qualitativos podem ser preferíveis aos indicadores quantitativos em pelo menos três casos: (i) quando informações quantitativas não estão disponíveis; (ii) quando o atributo de interesse é inerentemente não quantificável; (iii) e quando as considerações de custo se tornam determinantes. Na perspectiva de Polette (2004) e Kemerich, Ritter e Borba (2014), por meio dos indicadores, é possível efetuar a avaliação e o controle ambiental buscando a melhoria na qualidade de vida das pessoas, obtendo uma transparência das ações sustentáveis no setor de atuação da organização

3 Considerações Finais

Pode-se constatar que meio ambiente e organizações sustentáveis estão interligados, pois o meio ambiente pode ser protegido se a organização empresarial considerar as consequências da destruição ambiental na localidade onde está inserida tomando providências rápidas para corrigir alguma interferência no mesmo, bem como a organização deve atuar com práticas de ações que visem uma cooperação entre esta e a sociedade, buscando um equilíbrio do seu objetivo lucrativo com os objetivos sociais, zelando pelo meio ambiente.

Com o estudo sobre os dois indicadores de sustentabilidade foi possível verificar que esses visam avaliar como a organização empresarial está em relação as metas estabelecidas para atingir os ODS divulgados pela ONU (2015). Portanto, podem servir como uma ferramenta na avaliação da organização e, com o monitoramento constante dos mesmos, a organização empresarial terá mecanismos para alcançar de forma efetiva as mudanças necessárias em prol do desenvolvimento sustentável e de forma rápida, pois seu acompanhamento deve ser constante.

Conclui-se que, com a determinação dos indicadores de sustentabilidade a organização empresarial tem um mecanismo para autoavaliar-se constantemente e pode realizar ações de sustentabilidade baseado no tripé meio ambiente, social e governança, sempre tendo como base a ética, inerente não só no mundo dos negócios, mas na vida da organização como um todo.

Referências

Catelli, A. (1999). Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON. [S.l.: s.n.].

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). (1988). Nosso futuro comum. Fundação Getulio Vargas. <https://www.exemplodeurl.com>



Gallopín, G. C. (1997). Indicators and Their Use: information for decision-making. In B. Moldan & S. Bilharz (Eds.), *Sustainability indicators: report on the project on indicators of sustainable development* (pp. 13-27). Wiley.

Giumelli, O. D. (2008). Análise da seleção de indicadores de turismo responsável com foco nos municípios litorâneos do Estado de Santa Catarina - Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí.

Instituto Ethos. (<https://www.ethos.org.br/>)

Kraemer, M. E. P. (2005). Responsabilidade Social Corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, 4(1), [número de páginas do artigo].

Leandro, A., & Rebelo, T. (2011). A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional. *Exedra: Revista Científica*, (1), 11-40.

Medeiros, L. da C., & Moraes, P. E. S. (2013). Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 3(2), 197-234.

Organização das Nações Unidas. (2015). Os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável.

Pacto Global – Rede Brasil. Dez Princípios universais. <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>

Polette, M. (2004). Turismo e indicadores ambientais: uma chance para alcançar a sustentabilidade? In: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, *Anais do SIMPAN*, [número de páginas do artigo].

Rametsteiner, E., Pülzl, H., Alkan-Olsson, J., & Frederiksen, P. (2011). Sustainability indicator development—Science or political negotiation? *Ecological Indicators*, [número de páginas do artigo].

Sachs, I. (2002). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Garamond.

Siena, O. (2002). Método para avaliar progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

Van Bellen, H. M. (2002). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

Van Bellen, H. M. (2004). Indicadores de sustentabilidade – um levantamento dos principais sistemas de avaliação. *Cadernos EBAPE*, 2(1), 1-14.

Zenone, L. C. (2006). *Marketing Social*. Cengage Learning BR.

Zouain, D. M. (2001). Responsabilidade social corporativa, desenvolvimento sustentável e novas formas de atuação empresarial. *Revista de Administração Pública*, 34(3).